Câmara Municipal de Altamira
APROVADO
EM 28 / 02 / 23
Silvano Fortunato da Silva
Vereador Presidente -PSB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Estado do Pará
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA
Gabinete da Vereadora Thais Nascimento
Altamira - Pará

GAB. VERª. THAIS MIRANDA NASCIMENTO

Indicação nº 3 2023

Exmº. Srº. Silvano Fortunato – Presidente da Câmara Municipal de Altamira.

Senhores (as) Vereadores (as):

Indico ao Executivo Municipal que, solicite o apoio do Governo Federal, através da atuação do Ministério das Cidades, para a retomada do Programa Minha Casa, Minha Vida no Residencial Ilha do Arapujá, localizado na entrada do Ramal dos Cocos, situado no munícipio de Altamira, estado do Pará.

JUSTIFICATIVA

O Programa Minha Casa, Minha Vida foi instituído em 2009, com o objetivo de facilitar o acesso à casa própria às famílias de baixa renda, tendo em vista, a problemática do déficit habitacional com milhares de pessoas que vivem em habitações precárias ou até mesmo sem um local adequado para se viver em nosso País.

O Governo Federal iniciou o projeto do PMCMV em Altamira, às margens da Rodovia PA-415, criando o "Residencial Ilha do Arapujá". O objetivo do projeto era a implantação de loteamento com 1.444 unidades habitacionais, 44 das quais adaptadas para Pessoas com Deficiência e o projeto previa a implantação de sistema viário, drenagem pluvial, saneamento básico com solução individual de esgotamento sanitário, dois centros comunitários e três praças com quadra de areia. Em abril de 2013, houve a contratação da execução do projeto, realizada com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que ultrapassou os 86 milhões de reais.

Em maio de 2015, as obras do residencial Ilha do Arapujá foram marcadas por problemas que impediram a sua continuidade. Houve até mesmo a paralisação de trabalhadores em função de problemas salariais e de precárias condições de trabalho. Na época, 800 famílias ocuparam o residencial (ainda em construção), realizando protestos em frente ao prédio da CAIXA e exigindo o enquadramento no programa do Governo Federal por conta da crise na habitação.

Somente em março de 2017, foi efetivada a reintegração de posse e a demora decorreu da omissão da CEF em custear a efetivação da medida. Após a desocupação, foi necessário um levantamento da condição das obras que já haviam sido realizadas e esse levantamento exigiu uma rediscussão sobre a abrangência do projeto. A ocupação e a paralisação das obras tinham resultado em involução das etapas do projeto e, consequentemente, defasagem do orçamento inicial. Contudo, as obras ainda não foram

Câmara Municipal de Altamira
APROVADO
EM 28 / 02 / 23.
Silvano Fortunato da Silva
Vereador Presidente -PSB

retomadas. Na época, foi apresentada proposta de desmobilização do canteiro, venda do terreno e devolução dos recursos ao FAR.

É importante mencionar que, a desmobilização do canteiro implica retrocesso social, pois abandona medida de universalização de condições dignas de moradia, quando já há recursos para implementá-la. Foi apontado ainda que há famílias que residem às margens da Rodovia Transamazônica, em situação de risco, e que serão prejudicadas pela descontinuidade do projeto de habitação no município.

Em 2019, a Defensoria Pública da União, ajuizou ação civil pública contra a União e a Caixa Econômica Federal (CEF) para garantir a execução do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – Projeto Arapujá – no município, tendo em vista que, as obras estavam paralisadas desde o ano de 2015. Estamos em 2023 e a obra ainda se encontra paralisada. Tanto o terreno, quanto as construções em ruínas, foram tomadas pela vegetação.

Considerando que, na atual gestão do Governo Federal foi anunciada a retomada do maior programa habitacional do Brasil e que as principais mudanças anunciadas até o momento têm como foco as reformas de residências, facilitação de financiamento para trabalhadores informais, urbanização de favelas e construções mais próximas às regiões centrais, além de entregar as **obras atrasadas ou paralisadas**, solicito à Prefeitura de Altamira que interceda, junto ao Governo federal, através da atuação do Ministério das Cidades, pela retomada das obras do Programa Minha Casa, Minha Vida em Altamira, como forma de garantir à redução da problemática do déficit habitacional, assegurando assim, uma moradia digna para as pessoas que vivem em habitações precárias e que, se encontram em estado de vulnerabilidade social em nosso munícipio.

Plenário da Câmara Municipal de Altamira, 13 de fevereiro de 2023.

Atenciosamente.

Thais Miranda Nascimento
Vereadora/Câmara Municipal de Altamira

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA
Protocolo nº 1443
CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA
Destinatário
Dia 24/02/23 ás 10:15 horas
Funcionário